

HOJE: ASSEMBLEIA VOTA INDICATIVO DE PARALISAÇÃO EM 10/11

10 DE NOVEMBRO DIA NACIONAL DE LUTA

O Conselho Diretor de Base do SINTUSP aprovou a participação dos trabalhadores da USP no Dia Nacional de Luta e convocação de **Assembleia Geral** para hoje 12H30, para aprovar o indicativo de paralisação da USP no dia 10 de novembro.

10 de novembro é véspera do dia marcado para a entrada em vigor da "Reforma Trabalhista". O dia nacional de luta com paralisação da categoria de trabalhadores e manifestações de rua em todo o Brasil será muito importante na verdadeira guerra que os trabalhadores terão que fazer para revogar, na prática, a Reforma Trabalhista e a terceirização, assim como, barrar a Reforma da Previdência.

A ASSEMBLÉIA HOJE É MUITO IMPORTANTE PARA NOSSA LUTA! A SUA PRESENÇA É FUNDAMENTAL!

Hoje, 12h30, no Sintusp

COPERT propõe reunião extraordinária para debater itens da Reforma Trabalhista

Aconteceu ontem, 9/10, reunião ordinária da COPERT – Comissão Permanente de Relações de Trabalho. O professor Marcelo Dottori, da CODAGE, que representa a Reitoria na Comissão, afirmou que sua equipe já está se reunindo com integrantes da Procuradoria Jurídica para analisar alguns pontos da Reforma Trabalhistas que podem ser colocados em prática através de aditivo ao nosso Acordo Coletivo de Trabalho, que são: 1) a questão dos trabalhadores que recebem adicional de insalubridade e por força da lei atual, não podem participar do banco de horas; 2) saída legal para os trabalhadores com jornada de seis horas e que hoje precisam fazer um intervalo de uma hora quando vão compensar ou acumular horas para os "dias pontes"; 3) jornada de 12 x 36 para os trabalhadores do SVOC.

Ficou acertado que essa reunião acontecerá 15 dias antes da entrada em vigor da Reforma Trabalhista, ou seja, no final de outubro. Que fique claro que nada será assinado sem antes passar por assembleias da nossa categoria.

Abonar em "dia ponte", pode?

Levamos esta questão à COPERT, pois chegam até o SINDICATO as mais variadas denúncias. Em alguns lugares pode e até incentivam, principalmente para os que recebem insalubridade e outros simplesmente proíbem o abono em qualquer situação. Ficou esclarecido que preferencialmente quem saldo positivo suficiente no banco de horas, deve utilizá-lo nos "dias pontes". Por outro lado, em relação ao abono, "...deve ser analisado o motivo, e a concessão cabe sempre à chefia..." e "não existe nenhuma ordem do DRH que obrigue ou não a concessão de falta abonada e sim orientações a respeito do tema...". Em síntese, a decisão é da chefia que tem que justificar de acordo com a lei.

Distribuição da jornada pode incluir o sábado?

A questão foi levada, pois aconteceu em uma unidade de Ribeirão Preto de um trabalhador que recebe insalubridade, por problemas de estudo, não conseguir completar sua jornada de trabalho durante a semana. Ficou esclarecido que, desde que não ultrapasse a jornada diária de 8 horas e não some mais de 40 horas semanais, é SIM possível que esse trabalhador possa atuar aos sábados. Mas isso depende da concordância da chefia e necessidade do trabalho.

Este é o Manifesto aprovado na Plenária Nacional dos Trabalhadores da Indústria com 1500 trabalhadores, Sindicatos e Centrais Sindicais que aprovaram o dia 10 de novembro como Dia Nacional de Lutas

Carta da Plenária Nacional dos Trabalhadores da Indústria

São Paulo, 29 de setembro de 2017

Os dirigentes sindicais e os trabalhadores do setor da Indústria, reunidos em Plenária Nacional convocada pelo movimento Brasil Metalúrgico e realizada no dia 29 de setembro de 2017, em São Paulo, aprovam o seguinte documento:

“Um chamado à luta dirigido à classe trabalhadora brasileira”

O Brasil vive momentos dramáticos. Os trabalhadores e todo o povo brasileiro estão pagando um preço muito alto pelos desmandos de um governo e um Congresso envolvidos profundamente em inúmeros e escandalosos casos de desmandos e corrupção, **inéditos** em nossa História. Frente à gravíssima crise econômica e política que castiga o País, as autoridades de Brasília simplesmente dão as costas para o povo, preocupando-se, somente, em levar a cabo um projeto de poder excludente e violento, que retira da população as condições mínimas de uma vida decente. Para concretizar este objetivo odioso, o governo, atendendo interesses do capital financeiro nacional e estrangeiro e do grande empresariado que não tem compromissos com o País, coloca o Brasil à venda, através de uma política de privatização de empresas públicas e alienação de setores estratégicos da economia. Com decisões equivocadas e alheias aos interesses da Nação, a política econômica do governo aniquila e desnacionaliza a produção industrial, fazendo o País retroceder a um papel de mero exportador de produtos primários, condição que ostentávamos século atrás. Além da evidente perda da soberania nacional, a crise econômica, pano de fundo de todo este processo, dizima milhões de empregos. Neste caminho de desconstrução do País e de desprezo total pelos interesses e direitos dos trabalhadores, o governo, apoiado por uma base parlamentar desonesta e entreguista, encaminha e aprova, a toque de caixa e sem nenhuma consulta à população, as reformas trabalhistas e da Previdência Social, que vão empobrecer milhões de brasileiros e jogar outro tanto para abaixo da linha da pobreza.

O povo não irá aceitar esta imposição. Os trabalhadores brasileiros, organizados em suas entidades de classe, vão resistir e lutar contra as reformas ultrajantes de um governo repudiado por 97% da população. O trabalhador não é responsável pela crise nas finanças públicas, muito menos pela recessão da economia e, ao longo da história, já fez sacrifícios demais. Recusamo-nos a pagar mais esta conta. Todos os direitos trabalhistas e previdenciários que hoje usufruímos foram conquistados com luta e com muito sacrifício de nossos antepassados. Agora é a nossa vez de lutar para mantê-los e não condenar nossos filhos e netos a viverem em um **mundo** pior do que este em que vivemos hoje. Este é o desafio que está posto. Aprovaram uma lei para sacrificar o povo em benefício de empresários, banqueiros e políticos corruptos. Cabe, então, aos trabalhadores, com a sua luta, desfazer esta lei.

NOSSA LUTA

- Contra a Reforma Trabalhista
- Pelo fim da Terceirização
- Contra a Reforma da Previdência Social
- Contra as privatizações e em defesa do patrimônio público
- Por empregos de qualidade para todos e todas
- Contra a desindustrialização e desnacionalização da indústria
- Em apoio à luta dos servidores públicos
- Pela unidade e fortalecimento das campanhas salariais em todo o País

10 de Novembro

**Dia Nacional de Luta e Defesa de Nossos Direitos!
Com greves, paralisações e manifestações**

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!